

Aditivo nº 01 ao CONTRATO CEDAE n. 004/2018 (DI), assinado em 19 de Janeiro de 2018 entre a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE) e a CHISON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., na forma abaixo:

Diante da permanente necessidade dos serviços desenvolvidos através desta contratação e do interesse das partes em prorrogá-la nas mesmas condições atualmente vigentes, resolvem a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **CHISON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, já qualificados no contrato original ora aditado, por meio de seus administradores ao final assinados, celebrar o presente aditivo ao Contrato CEDAE nº 004/2018 (DI), que tem por objeto a prestação dos **"SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO, REPARO, COMPLEMENTOS E MANUTENÇÃO DOS RAMAIS, LIGAÇÕES PREDIAIS, REDES E ELEVATÓRIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, INCLUSIVE REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR, LOTE II"**, referente à Concorrência Nacional nº 001/2016 (ASL-1.1), fazendo-o nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Conforme autorização concedida pela Diretoria da **CEDAE** em reunião realizada no dia 10 de Janeiro de 2019, inserida às fls. 832 do Processo nº E-07/100.913/2018 (volume 003), ajusta-se o presente aditivo para promover a prorrogação do prazo contratual por **360 (trezentos e sessenta) dias**, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

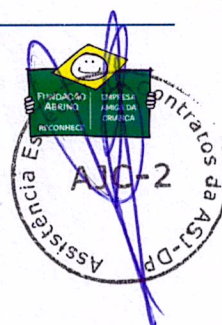
CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo da presente contratação, atualizado, passa a ser de 720 (setecentos e vinte) dias, encerrando-se, no caso de não haver nova prorrogação, **no dia 13 de Janeiro de 2020**, conforme informações às fls. 836 do processo administrativo referência .

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064.
Código Orçamentário: 33903918.
Fonte de Recursos n.: 10.
Conta Contábil: 411110325.
Centro de Custos n.: DI07000000.
ID da Reserva Orçamentária nº: 2019000096.

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUARTA – O valor autorizado para a execução deste aditivo é de **R\$ 31.900.376,39 (trinta e um milhões, novecentos mil, trezentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos)**, que serão pagos em 12 (doze) parcelas, de acordo com as medições efetuadas do serviço, conforme informações prestadas às fls. 836 do Processo Administrativo E-07/100.913/2018 (volume 003), por meio de depósito na Conta Corrente da **CONTRATADA**, já cadastrada na **CEDAE**.



CLÁUSULA SEXTA: A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CEDAE**, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data do recebimento da via do termo aditivo assinada, comprovante de prorrogação da garantia contratual, conforme cláusula décima do contrato original.

CLÁUSULA SÉTIMA - As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

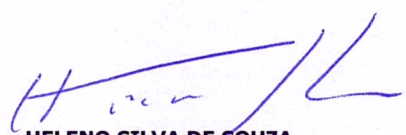
CLÁUSULA OITAVA - Este Termo Aditivo deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro como condição de sua eficácia, devendo ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2019.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor-Presidente


HELENO SILVA DE SOUZA
Diretor de Distribuição e Comercialização do Interior

Pela **CONSORCIADA**:


JULIO CHITMAN
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref.Ad-CHISON-01-004-18-prorrogação-serviços-contínuos-VBO

A exigência de apresentação de índices que demonstrem a saúde financeira da empresa deverá ser previamente justificada no processo administrativo, conforme expressamente previsto no art. 31, § 5º da Lei nº 8.666/93. Nesse caso, o seguinte padrão deverá ser utilizado:

1.1.3 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios. Deverão ser comprovados os índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir:

a.1) Índice de Liquidez Geral: somente será qualificado o Licitante que obtiver Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que _____, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

ILG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO > OU = _____ PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

a.2) Índice de Liquidez Corrente: somente será qualificado o Licitante que obtiver Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que _____, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

ILC = ATIVO CIRCULANTE > OU = _____ PASSIVO CIRCULANTE

a.3) Índice de Endividamento: somente será qualificado o Licitante que obtiver Índice de Endividamento (IE) igual ou menor do que _____, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

IE = PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO > OU < _____ PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU (cabe ao edital fixar uma das duas fórmulas)

IE = PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO > OU < _____ ATIVO TOTAL

1.1.3.1 Os índices contábeis, calculados pelo licitante para fins de atendimento do dispositivo acima, deverão ser confirmados pelo responsável da contabilidade do licitante, que deverá apor sua assinatura no documento de cálculo e indicar, de forma destacada, seu nome e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

Nota Explicativa:

Poderá ser incluída exigência de comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo. Cabe ao edital exigir um dos dois critérios (capital social ou patrimônio líquido mínimo), desde que não exceda a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, a teor do disposto no art. 31, § 3º da Lei nº 8.666/93. O seguinte padrão deverá ser utilizado:

1.1.4 Comprovação de ser dotado de capital social ou de patrimônio líquido mínimo igual ou superior a R\$ _____, relativo ao valor estimado para a contratação.

Nota Explicativa:

Em função da complexidade do objeto, o edital poderá prever, conforme o caso, outras exigências de qualificação financeira complementares ou específicas para a licitação no caso concreto. De se recordar que, conforme ensinamento de Marcos Juruenia, "nada impede que, em contratações específicas, sejam exigidos outros elementos de qualificação técnica e financeira, compatíveis com o objeto e valor do contrato" (Direito Administrativo Contratual, p.196).

ANEXO IV

CLÁUSULA-PADRÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA EDITAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

1. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.1 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

1.1.1 Certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica.

1.1.1.1 Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

1.1.1.2 Na Comarca da Capital as certidões mencionadas no item 1.1.1 são expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º Offícios do Registro de Distribuição.

1.1.2 Não será causa de inabilitação do licitante a notação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

1.1.3 Comprovação de capital social compatível com o número de empregados, observando-se os seguintes parâmetros:

a) empresas com até dez empregados - capital mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

b) empresas com mais de dez e até vinte empregados - capital mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

c) empresas com mais de vinte e até cinquenta empregados - capital mínimo de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

d) empresas com mais de cinquenta e até cem empregados - capital mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e

e) empresas com mais de cem empregados - capital mínimo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

1.1.4 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização de valores, por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios. Deverão ser comprovados os índices econômico-financeiros mínimos previstos a seguir:

a.1) Índice de Liquidez Geral: somente será qualificado o Licitante que obtiver Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que _____, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

ILG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO > OU = _____ PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

a.2) Índice de Liquidez Corrente: somente será qualificado o Licitante que obtiver Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior do que _____, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

ILC = ATIVO CIRCULANTE > OU = _____ PASSIVO CIRCULANTE

a.3) Índice de Endividamento: somente será qualificado o Licitante que obtiver Índice de Endividamento (IE) igual ou menor do que _____, apurado nas demonstrações financeiras do último exercício financeiro, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

IE = PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO > OU < _____ PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU (cabe ao edital fixar uma das duas fórmulas)

IE = PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO > OU < _____ ATIVO TOTAL

1.1.4.1 Os índices contábeis, calculados pelo licitante para fins de atendimento do dispositivo acima, deverão ser confirmados pelo responsável da contabilidade do licitante, que deverá apor sua assinatura no documento de cálculo e indicar, de forma destacada, seu nome e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

1.1.5 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

1.1.6 Comprovação de ser dotado de capital social ou de patrimônio líquido mínimo igual ou superior a R\$ _____, relativo ao valor estimado para a contratação.

Nota Explicativa:

Os documentos de qualificação econômico-financeira deverão ser exigidos à luz do disposto do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, limitando-se aqueles indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, o que deverá ser avaliado, discricionariamente pelo gestor, em cada caso concreto, devidamente justificadas no processo administrativo.

Os itens 1.1.1 a 1.1.3 deverão ser sempre exigidos. Note-se que a exigência de comprovação de capital social compatível com o número de empregados tem previsão no art. 4º-B, III da Lei nº 6.019/74.

A exigência de apresentação de índices que demonstrem a saúde financeira da empresa deverá ser previamente justificada no processo administrativo, conforme expressamente previsto no art. 31, § 5º da Lei nº 8.666/93.

Em função da complexidade do objeto, o edital poderá prever, conforme o caso, outras exigências de qualificação financeira complementares ou específicas para a licitação no caso concreto. De se recordar que, conforme ensinamento de Marcos Juruenia, "nada impede que, em contratações específicas, sejam exigidos outros elementos de qualificação técnica e financeira, compatíveis com o objeto e valor do contrato" (Direito Administrativo Contratual, p.196).

Id: 2160704

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DE 31.01.2019

NOMEIA ROSIMAR DE OLIVEIRA COSTA, Id. Funcional nº 42718520, para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-5, da Procuradoria-Geral do Estado, da Chefia do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, anteriormente ocupado por Fernanda Corrêa Giambroni, com validade a contar de 01 de fevereiro de 2019.

DESIGNA ROSIMAR DE OLIVEIRA COSTA, Id. Funcional nº 42718520, para ter exercício na Gerência de Licitações e Contratos - GELIC, da Diretoria de Gestão (PG-12), da Procuradoria-Geral do Estado, da Chefia do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, com validade a contar de 01 de fevereiro de 2019.

Id: 2160852

DIRETORIA DE GESTÃO

DESPACHO DA PROCURADORA ASSISTENTE DE 30.01.2019

PROCESSO Nº SEI-14/001/000660/2019 - MARCELLE FIGUEIREDO DA CUNHA- Cargo: Procurador do Estado - Id. Funcional: 4383362-4, Louvada nas informações da Gerência de Recursos Humanos e com fundamento no art. 79, da Lei Complementar nº 15, de 25/11/1980, combinado com o art.129, do Decreto 2479/79, CONCEDO 03 (três) meses de licença-prêmio relativa ao período base de 19/06/2013 a 02/07/2018.

Id: 2160956

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2019. PARTES: DETRAN/RJ e MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS. OBJETO: Cessão de uso do imóvel sito à Rua Niterói, s/nº, trecho compreendido pela Rua Campo de Anchova e pela Rua Campo de Alcabara, Bairro Atlântica, Rio das Ostras/RJ, CEP 28.895-664, cuja área corresponde a 7.283,90 m². PRAZO: 5 (cinco) anos, contados a partir da publicação deste extrato no DOERJ. GESTOR: Hindenburg Rabello de Carvalho, Identidade Funcional: 20534-1-1. DATA DA ASSINATURA: 25/01/2019. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-12/051/2215/2018.

Id: 2160859

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 156/2018 (DE). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a PARS - PRODUTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA.

OBJETO: "MIGRAÇÃO DE 40 LICENÇAS DA SUITE DE PRODUTOS AUTODESK INFRASTRUCTURE DESIGN SUITE PARA 40 LICENÇAS DA AUTODESK ARCHITECTURE ENGINEERING & CONSTRUCTION - AEC COLLECTION - COM A MODALIDADE DE SERVIÇO DE ASSINATURA COM SUPORTE, ATUALIZAÇÕES E OPERAÇÃO EM NUVEM".

PRAZO: 03 (três) anos.

VALOR TOTAL: R\$ 462.857,20 (quatrocentos e sessenta e dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos).

DATA DE ASSINATURA: 29/01/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.678/2018 (IL nº 003/2018 - DE -).

Id: 2160959

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 004/2018 (DI).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CHISON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.

PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.

VALOR: R\$ 31.900.376,39 (trinta e um milhões, novecentos mil trezentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos).

DATA DE ASSINATURA: 11/01/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.913/2018 (Concorrência Nacional nº 001/2018 - ASL-1.1).

*Omitido no D.O. de 15/01/2019.

Id: 2160721

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 006/2018 (DI).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e as empresas reunidas através do CONSORCIO MANUTENÇÃO LESTE I.

OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.

PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.

VALOR: R\$ 23.279.364,15 (vinte e três milhões, duzentos e setenta e nove mil trezentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos).

DATA DE ASSINATURA: 11/01/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.913/2018 (Concorrência Nacional nº 001/2018 - ASL-1.1).

*Omitido no D.O. de 15/01/2019.

Id: 2160722

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS RETIFICAÇÃO

D.O. DE 30/01/2019

PÁGINA 48 - 1ª COLUNA

AVISO

PROCESSO Nº E-17/100.429/2015 - Contrato CEDAE nº 066/2018 - DM

Onde se lê:

...Marcello Barcellos Motta...

Leia-se:

...Armando Costa Vieira Júnior...

Id: 2160757

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS RETIFICAÇÃO

D.O. DE 30/01/2019

PÁGINA 48 - 1ª COLUNA

AVISO

PROCESSO Nº E-17/100.429/2015 - Contrato CEDAE nº 067/2018 - DM

Onde se lê:

...Marcello Barcellos Motta...

Leia-se:

...Armando Costa Vieira Júnior...

Id: 2160758

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

*"INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2018 - Termo Contratual 047/2018.

PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO e o BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

OBJETO: Reretratificar o item 14 da cláusula quinta do contrato, cujo objeto é a prestação dos serviços de arrecadação de tributos estaduais, por intermédio da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE, que passará constar da seguinte forma: "Cláusula Quinta - Obrigações do Agente Arrecadador - 14 - Disponibilizar por transmissão eletrônica, as informações da GNRE em até 15 (quinze) minutos após o seu recebimento (remessas parciais com ou sem movimento).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2018.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993.

PROCESSO Nº E-04/178.000/2017.

*Omitido no D.O. de 28/12/2018.

**Replicado por incorreção no original publicado no D.O. de 24/01/2019.

Id: 2160669

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

EDITAL

FICAM NOTIFICADOS os ocupantes dos imóveis da carteira imobiliária do RIOPREVIDÊNCIA, relacionados abaixo, a efetuar o pagamento da taxa de ocupação do citado imóvel ou apresentar impugnação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento desta. O não cumprimento desta notificação até o prazo supramencionado implicará na adoção, por parte do RIOPREVIDÊNCIA, das medidas cabíveis visando à cobrança judicial do débito, por meio de sua inscrição em dívida ativa, nos moldes da Portaria RIOPREVIDÊNCIA nº 078, publicada no D.O. de 19.12.2003.

Id: 2160835

PROCESSO Nº	OCUPANTE	IMÓVEL
E-04/161.1425/2017	Maria Aparecida Tenório Mendonça	AV. Ayrton Senna, 1791 - GAL. B - BOX 04 - BARRA DA TIJUCA - RIO DE JANEIRO/RJ
E-04/161.855/2017	R.B.C.A. Comércio Ltda	AV. Ayrton Senna, 1791 - GAL. B - BOX 19 - BARRA DA TIJUCA - RIO DE JANEIRO/RJ
E-04/161.858/2017	Barra's Meat Comércio de Carnes Ltda.	AV. Ayrton Senna, 1791 - GAL. E - BOX 01 - BARRA DA TIJUCA - RIO DE JANEIRO/RJ